

“Costa convenceu-se de que guerra contra professores rende votos”

Mário Nogueira Na semana em que se iniciam novas acções de luta dos professores, o secretário-geral da Fenprof revela que o veto de Marcelo Ihes deu novo alento e que estão a ser estudados protestos que terão grande impacto nas escolas

Entrevista Clara Viana

O líder da Federação Nacional de Professores, Mário Nogueira, considera que o Governo está a fazer o que sempre quis desde o início: adiar a questão da recuperação do tempo de serviço para a próxima legislatura para, no caminho, conseguir mexer na estrutura da carreira docente. É o que, diz, se pode depreender das últimas declarações do ministro da Educação no Parlamento, na semana passada.

Como é que classifica as últimas declarações do ministro da Educação no Parlamento, já este mês, que sobre o início das novas negociações em torno da recuperação do tempo de serviço apenas disse que o Orçamento do Estado, que obriga à sua realização, está em vigor até ao final deste ano? Diria que faz parte da postura que tem vindo a assumir e que oscila entre estar desaparecido e o ser provocador. Mas desta resposta também se pode ler nas entrelinhas que esta é uma forma de tentar dizer que o Governo já não quer mexer na questão da recuperação nesta legislatura. Que aliás era a intenção inicial do Governo quando, em Novembro de 2017, fomos para a declaração de compromisso que abriu a porta às negociações. A primeira coisa que o Governo nos propôs foi que a recuperação se iniciasse apenas em 2020.

Para que exista alguma decisão sobre esta questão ainda nesta legislatura, como o Governo se comprometeu a fazer, tem de ser até ao final de Março, meados de Abril, porque depois entramos em modo de eleições. Mesmo que pudéssemos fazer grandes guerras no final do ano lectivo, e não estou a dizer que não as vamos fazer, isso teria mais um sentido

de intervenção no acto eleitoral do que de resolução do problema, porque o Governo entretanto entrará em gestão.

Mas o que é que o Governo e o PS teriam a ganhar com esse adiamento?

Poderiam ter uma coisa que há muito querem que é meter as unhas no estatuto da carreira docente. O Governo sabe que se começar a recuperação agora, há um faseamento que se vai prolongar por um tempo e que portanto, enquanto este se prolongar, não poderá assumir que os escalões já são outros porque entretanto a carreira mudou. Quem ver até onde podem ir no pós-eleições. E se o PS tiver a maioria absoluta a carreira, tal como ela existe hoje, está liquidada.

O PS deixou então de ter receio de perder os professores, apesar destes serem um grupo eleitoral forte? E pode sentir-se alentado com o facto de as sondagens mostrarem a incompreensão da opinião pública em relação aos objectivos da luta dos professores?

Penso que o PS de hoje ainda pensa exactamente o mesmo do que pensava o PS do Sócrates e da ministra Maria de Lurdes Rodrigues ou seja, que perdendo os professores poderão ganhar a opinião pública.

O dr. António Costa meteu na cabeça que ao fazer esta guerra e ao levá-la até ao fim, vai ter mais votos. Eu por acaso estou convencido do contrário e também no PS há quem esteja. Não é por acaso que, apesar de tudo, os professores continuam também a aparecer como estando nos primeiros lugares no que respeita à confiança dos portugueses.

Mas tendo em conta a posição que atribuiu a António Costa faz sentido a Fenprof ter-lhe apelado para demitir o ministro da Educação, logo

após a sua última prestação no Parlamento?

Acho que este é um apelo que devia ser aceite porque neste momento a Educação está sem ministro. E também para clarificar a posição do senhor primeiro-ministro, já que tem dito muitas coisas que depois não se concretizam.

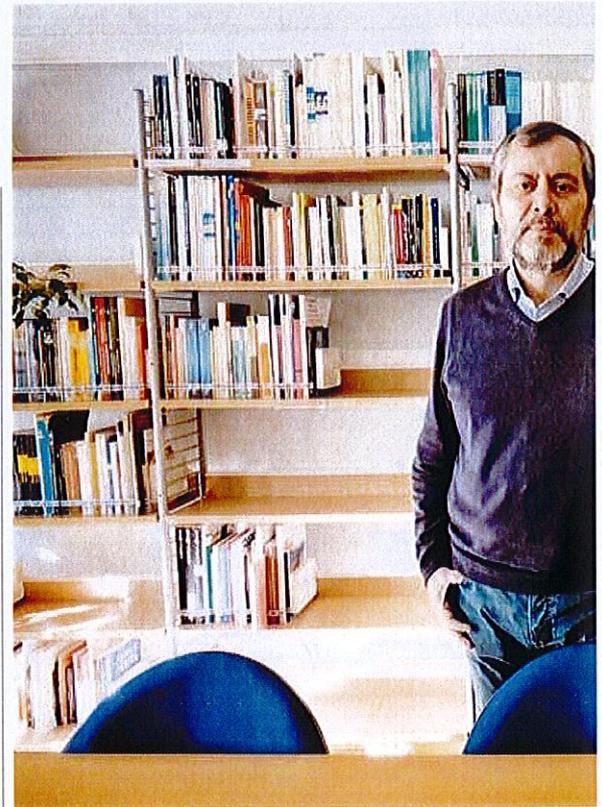
É por tudo isto que quando o ministro da Educação chega ao Parlamento e diz que quando vierem a existir negociações, o Governo estará no processo com a “boa-fé negocial” a que já habitou as organizações sindicais, isto não é algo que nos crie expectativas. Pelo contrário, até nos pode fazer ter pesadelos.

O que o Governo está a fazer nesta negociação é uma gestão política com base na qual pensarão que será melhor ir empurrando o assunto para a frente. Mas nós não vamos esperar. Já no próximo dia 24 [nesta quinta-feira] vamos estar em frente à presidência do Conselho de Ministros para exigir a abertura de negociações. Também estamos a recolher opiniões sobre que acções poderemos vir a desenvolver que tenham um forte impacto no funcionamento das escolas.

Vão voltar às greves aos exames, quando já se sabe que estas estão sujeitas a serviços mínimos?

Podemos voltar às greves, mas não necessariamente no final do ano, porque esse já não será um tempo útil. Podemos avançar com greves novas antes. O veto do Presidente da República ao diploma do Governo que apenas devolvia cerca de três anos [do tempo de serviço que esteve congelado] devolveu muito ânimo aos professores. O veto e a posição das regiões autónomas de avançarem para a contagem integral do tempo de serviço.

Na última proposta que os sindicatos avançaram, em



PERFIL UM SINDICALISTA QUE É TAMBÉM UM RESGATADOR DE ANIMA

Mário Nogueira, que acabou de fazer 61 anos, foi eleito pela primeira vez secretário-geral da Federação Nacional de Professores (Fenprof) em 2007, precisamente o ano em que a então ministra socialista Maria de Lurdes Rodrigues incendeu a classe docente com o seu modelo de avaliação de desempenho e um novo estatuto que impedia a maioria dos professores de chegar ao topo da carreira.

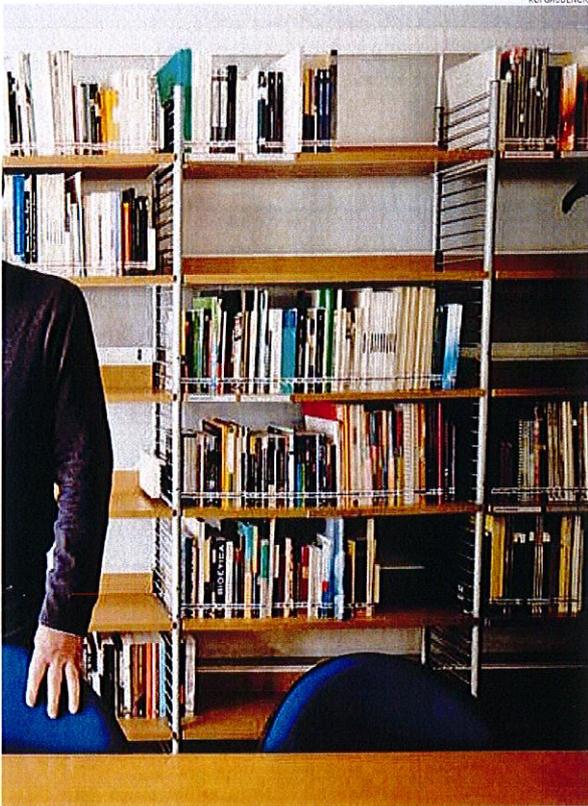
Este militante de base do PCP afirma que nunca foi outra coisa que não isso mesmo, um militante de base, desde que

entrou no partido no início da década de 80. Na Fenprof já vai no quarto mandato, a que poderá não se recandidatar de novo. Adianta que é uma opção que manterá em aberto.

Pelo caminho tem 29 anos de sindicalismo a tempo inteiro. Começou no princípio dos anos 90, enquanto dirigente do Sindicato dos Professores da Região Centro. Antes tinha sido delegado sindical e também professor em exercício do 1.º ciclo. A sua estreia a dar aulas aconteceu em 1979. Manteve-se no ensino cerca de 12 anos e o seu objectivo é agora regressar



Quando o ministro da Educação diz que quando vierem a existir negociações, o Governo estará com a 'boa-fé negocial' a que habitou os sindicatos, isto não nos cria expectativas. Até nos pode fazer ter pesadelos



RUI GAUDÊNCIO

Dezembro, propuseram por exemplo que a recuperação do tempo poderia contar para a aposentação antecipada sem penalizações. O que poderia beneficiar já mais de sete mil professores. Esta medida poderá traduzir-se numa poupança?

Penso que no caso do Ministério da Educação poderá representar uma poupança na ordem dos 100 milhões de euros. Mas essa não é a questão essencial. Por terem estado anos a fio a ganhar abaixo do que deveriam se estivessem no escalão, os professores que estão a meio da carreira e que foram apanhados pela não contagem do tempo de serviço, apanhados pelo congelamento, quando se reformarem vão ter uma aposentação líquida inferior a mil euros. Ora, em cima disto tudo ainda lhes faltam seis anos para a idade legal de reforma, e portanto a optarem por esta via terão penalizações na ordem dos 53%. E é por isso que propusemos que o tempo de serviço que esteve congelado fosse utilizado para se baixar a idade de referência para a aposentação.

O facto de o PCP ter dado apoio a este Governo condicionou a acção da Fenprof, já que vários dos seus dirigentes, a começar por si, são daquele partido? Para mim há uma coisa que é sagrada: independentemente das opções no plano político-partidário que possa fazer, enquanto dirigente sindical o que conta são os que represento. E quem eu represento são os professores. No início da legislatura, o Governo tentou acabar com conflitos anteriores, pondo por exemplo fim à Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC) e à Bolsa de Contratação de Escolas, que tiveram o nosso apoio. Mas quando chegou à altura de se avançar para problemas que dizem respeito a todos os professores, os anteriores só abrangiam os contratados, e que tinham verdadeiro impacto orçamental, o Governo começou a assumir a postura de empurrar para a frente. Aconteceu do meio da legislatura e continua assim.

cviana@publico.pt

“Não sou candidato a coisa nenhuma”

Por agora, Mário Nogueira diz só ter uma certeza quanto ao seu futuro: não sairá da Fenprof para ser candidato a deputado ou algo do género.

É secretário-geral da Fenprof desde 2007. Está a pensar abandonar em breve este cargo? Os sindicatos todos da Fenprof têm perguntado se sou candidato. E eu respondo que para os tachos é que há candidatos. Se há coisa que detesto é quando vejo malta que passa pelo movimento sindical como se fosse uma espécie de trampolim para dar o salto para outro sítio.

Temos congresso em Junho de 2019 e os nossos mandatos são de três anos. Disse que não sou candidato a coisa nenhuma, sou um professor em primeiro lugar e um dirigente sindical em segundo. Para admitir pensar numa eventual disponibilidade para continuar neste cargo quis saber primeiro se todos os sindicatos que pertencem à Fenprof achavam se devia ou não continuar. Na última reunião do secretariado nacional, realizada a 10 e 11 de Janeiro, todas as direcções sindicais consideraram

que deveria continuar por mais um mandato, até tendo em conta o momento em que estamos da luta sindical.

Neste quadro, a partir daqui tenho de avaliar a questão também a outros níveis, quer a nível pessoal, quer a nível profissional, quer do desgaste sofrido. O que mais gosto é do trabalho nas escolas, de estar lá em plenários, a debater com os outros professores, com gente a mandar vir, a fazer propostas. A verdade é que estar aqui na sede, em reuniões, dá-me mais desgaste do que estar nos plenários nas escolas.

Portanto, vou pensar, mas ainda não tomei uma decisão, até porque preciso de estar mais próximo da data do congresso para fazer uma avaliação da situação, nomeadamente em que pé estarão as negociações com o Governo. Agora uma coisa é certa, nunca sairei deste trabalho para ser candidato a deputado ou coisa do género. Quando sair daqui, saio para a minha escola.

Está há quase 30 anos sem ensinar, equaciona mesmo voltar a dar aulas?

Sim. Quando sair daqui é para a minha escola. Também não penso sair daqui já reformado porque não concordo que os órgãos executivos dos sindicatos sejam compostos por professores aposentados. Pode haver lá um representante destes, mas os restantes têm de estar em contacto mais directo com as escolas. Por mim, pertenço ao quadro do Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel, em Coimbra, o que apesar de tudo não me faz crer que as coisas aconteçam por milagre. Fica quase mesmo ao lado da minha casa. Foi lá que efectivei [entrou na carreira] como professor do 1.º ciclo, que é a minha formação de base. Tive depois outras formações nas áreas de problemas comportamentais e das necessidades educativas especiais, onde também poderei trabalhar. **Clara Viana**

IS

à escola antes de atingir a idade da reforma. Ainda falta um pouco mais de cinco anos.

O seu quartel-general continuará a ser no hoje muito cobiçado Bairro Azul em Lisboa, num prédio que o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa comprou há mais de 30 anos e no qual cedeu “três salas e uma casa de banho no 1.º andar” à Fenprof.

“Para além disto, e que apenas é seu por empréstimo, a Fenprof nada mais tem de seu, a não ser um grande orgulho de representar tantos professores”, diz.

Mas é em Coimbra, onde

reside e onde está a sua escola, que Mário Nogueira encontra o que mais gosta, e que passa por facetas que são desconhecidas do grande público. Como esta: quando tem algum tempo livre, põe-se a caminho. Mais exactamente, faz caminhadas, que podem mudar para passo de corrida.

Por via deste exercício, e porque nestas voltas se depara frequentemente com eles, tornou-se um “resgatador” de animais abandonados. Um deles, um cão que encontrou moribundo e de quem tratou, faz hoje parte do seu grupo de amigos fiéis. **C.V.**